

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A boa governança e a credibilidade da Trensurb vão além da missão de transportar pessoas de forma rápida, limpa e com qualidade, conectando diferentes destinos, bem como sua visão de estar, em 2015, entre as três melhores empresas brasileiras do setor metroferroviário em qualidade de serviços e desempenho econômico. Hoje, a boa governança para a administração pública está centrada na modernização de práticas gerenciais e, nesse sentido, a empresa adotou como objetivo de gestão buscar fazer mais e melhor com menos, ampliando sua sustentabilidade econômica, condição necessária para garantir seu crescimento econômico e oferecer um serviço de qualidade a sociedade.

PERFIL DA EMPRESA

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades e atua no segmento de transporte urbano e metropolitano de passageiros. Foi constituída mediante autorização do artigo 5º da Lei n.º 3.115, de 16/03/1957 e Decreto n.º 84.640, de 17/04/1980, sendo regida por seu Estatuto Social, legislação aplicável às Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/1976, consolidada) e por Regimento Interno. Seu objeto social é:

- planejamento, implantação e prestação de serviços de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre;
- planejamento, implantação e operação de quaisquer equipamentos e sistemas de integração com o sistema de transporte ferroviário;
- planejamento e implantação de prédios conexos ao seu sistema de transporte ferroviário, permitida a participação de terceiros e respectiva exploração econômica, direta e indiretamente; e
- explorar economicamente a marca, a patente, a denominação, a insígnia, bem como todos e quaisquer recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis ou imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

Nominativa da Diretoria Executiva: Diretor-Presidente: Humberto Kasper; Diretor de Administração e Finanças: Adão Silmar de Fraga Feijó; Diretor de Operações: Roberto Damiani Mondadori.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A formulação das estratégias empresariais é imprescindível, uma vez que a própria estratégia está mergulhada em uma multiplicidade de fatores e de componentes internos e externos. Sua definição permitiu nortear as ações gerenciais da Trensurb dentro de um plano previamente determinado, melhorando assim a qualidade do processo de tomada de decisões e influenciando os resultados para o alcance de sua visão de futuro. A Trensurb cumpriu com este plano, fato que permitiu a consolidação de ações de melhoria e de práticas de gestão essenciais para a administração da empresa.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Transportar pessoas de forma rápida, limpa e com qualidade, conectando diferentes destinos.

VISÃO: Em 2015, estar entre as três melhores empresas brasileiras do setor metroferroviário em qualidade de serviços e desempenho econômico com inovação tecnológica e responsabilidade socioambiental.

VALORES: Presteza e bom atendimento aos usuários; Uso eficiente dos recursos; Respeito à diversidade; Participação na busca de soluções; Cooperação e parceria; Cultivo de condutas ambientalmente sustentáveis; Integração com a comunidade.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

As diretrizes estratégicas para alcançar a visão de futuro são: Eficiência Operacional (Buscar excelência no serviço aos usuários); Eficiência Econômica (Usar eficientemente os recursos e redução progressiva da necessidade de subvenção federal); Desenvolvimento e Inovação Tecnológica: Contribuir com projetos de infraestrutura e a inovação tecnológica do setor metroferroviário; Compromisso Institucional (Contribuir com o desenvolvimento do transporte público e na responsabilidade socioambiental).

PRINCIPAIS RESULTADOS OPERACIONAIS E ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

Ampliação da oferta de transporte com a aquisição de novos trens: O investimento em frota nova exige, além da aquisição de 15 TUEs, adequar o pátio para receber os novos trens e modernizar a sinalização do Sistema de Controle de Tráfego e Energia. Foram concluídos os trabalhos para prolongamento da via de estacionamento VP 20, com implantação de rede aérea de tração. Também foi concluída a atualização tecnológica do Centro de Controle Operacional, item do escopo do contrato de expansão norte da Linha 1.

Projeto de Redução de Incidentes que interrompem a circulação e qualificação das ações de retomada: Este projeto é coordenado pela Diretoria de Operações e foi estruturado para realizar o levantamento das ocorrências de interrupção da circulação ocorridas desde 2010. Tal levantamento evidenciou os pontos e situações de maior vulnerabilidade do sistema operado pela Trensurb bem como a fragilidade em planejar e executar, registrar e realizar análise crítica posterior das estratégias de ação visando retomar a circulação. Por meio deste projeto as seguintes ações foram realizadas em 2015: desvio da Adutora de Unisinos e modernização da casa de bombas da bacia rodoferroviária.

Modernização administrativa e de planejamento: Outro projeto de relevância é a modernização administrativa e de planejamento através da implementação de um conjunto de novos softwares: Software de Business Intelligence, Software de Gestão de Recursos Humanos, Sistema de Gestão Empresarial, Sistema Eletrônico de Informações e Sistema de bilhetagem eletrônica.

Investimentos em Recursos humanos: A atual gestão tem a convicção que o sucesso futuro requer a renovação do investimento nas pessoas que darão continuidade a essa trajetória exitosa, portanto, o investimento na gestão de pessoas e suas carreiras requer a constituição de um sistema de gestão de recursos humanos que seja capaz de realizar as mudanças necessárias e de garantir as competências centrais da Trensurb.

Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos: A implementação deste sistema tem por objetivo a remodelagem dos processos de Recursos Humanos, com foco no desenvolvimento dos empregados, na retenção de talentos e na gestão do conhecimento da organização.

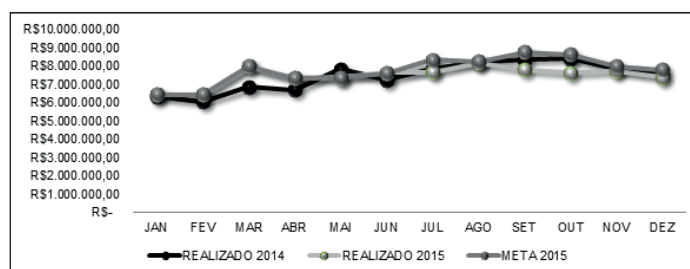
Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários: Tem o objetivo de promover a valorização dos empregados através de um sistema de identificação de sua maturidade profissional, da descrição clara das atribuições dos empregos e ocupações, de tabelas salariais compatíveis à realidade do mercado e de um processo de avaliação de desempenho adequado, tornando-se assim um instrumento valioso para a realização de uma gestão de pessoas eficiente.

Plano de Apoio a Aposentadoria: Trata-se de uma ação de suma importância para motivar os empregados a efetuarem o seu desligamento voluntário da empresa. Concluído em maio deste ano, foi um importante instrumento para o alcance do número do quadro de empregados aprovado.

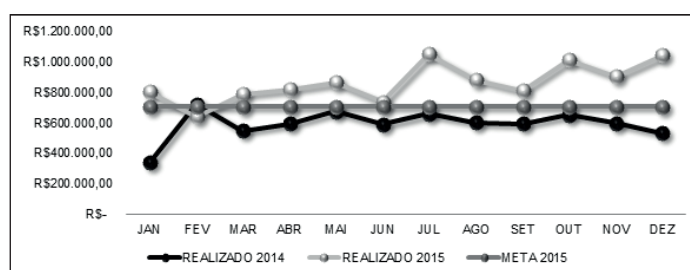
PRINCIPAIS RESULTADOS

Taxa de Cobertura Operacional: Este é o principal índice financeiro da Trensurb e seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa. Mede-se a cobertura econômica com receitas próprias, frente às despesas de funcionamento. Em 2015 a empresa alcançou o percentual de 45,43%, sendo a meta 45,23%. O alcance deste resultado é decorrente do aprofundamento do controle e a redução de gastos e o aumento da receita própria, mesmo em um cenário de não reajustamento tarifário.

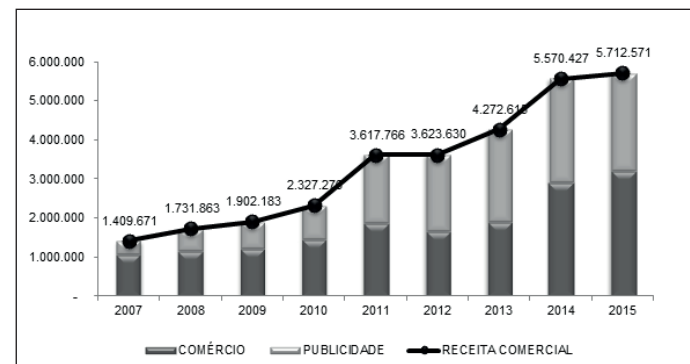
Receita Operacional de Transporte



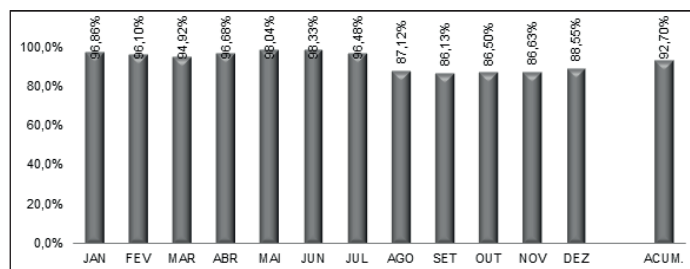
Receita Financeira



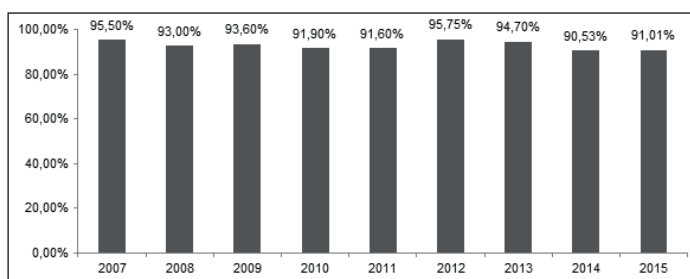
Receita Comercial



Índice de Eficiência Operacional: Este índice tem como finalidade regulamentar o método de mensuração dos indicadores operacionais, através do acompanhamento das atividades que medem a eficiência de forma sistêmica, aglutinadora e com a menor periodicidade possível de forma a permitir corrigir rumos e falhas com a brevidade necessária para evitar prejudicar a expectativa dos nossos usuários.



Pesquisa de satisfação: Realizada anualmente, trata-se de um sistema de administração de informações que capta a voz do nosso usuário, através da avaliação da performance da empresa a partir do seu ponto de vista. As informações sobre os níveis de satisfação dos usuários constituem uma das prioridades de gestão, pois a empresa está comprometida com qualidade de seus serviços.



Em 2015, além de comemorar 30 anos de operação comercial, a Trensurb avançou na qualificação dos serviços e recebeu o Troféu Prata do prêmio ANTP de Qualidade, pelo segundo ciclo consecutivo. Este prêmio é um programa de incentivo, treinamento e educação para a melhoria da qualidade e eficiência da gestão do transporte e trânsito urbano.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	2015	2014		NOTA	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.688.491	73.163.359	Fornecedores	14	30.890.213	62.064.243
Créditos pela venda de serviços	5	1.385.136	924.138	Impostos e taxas a recolher		826.153	738.045
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	5.661.211	6.110.000	Contribuições sociais a recolher		3.100.669	2.333.172
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	2.869.347	2.724.617	Obrigações trabalhistas		5.575	5.609
Adiantamento de fornecedores		3.813	8.098	Adiantamento de Clientes	15	1.166.283	1.293.640
Direitos a receber	8	494.966	474.809	Credores por convênios	16	545.746	529.523
Impostos a recuperar	19	3.868.127	2.541.595	Credores por depósitos		174.698	174.561
Estoques	9	24.172.301	19.991.572	Férias e encargos sociais		11.025.290	10.981.056
Despesas do exercício seguinte		72.827	94.630	Provisão para contingências trabalhistas	17a	228.855.780	213.708.090
		121.216.219	106.032.817	Provisão para contingências cíveis	17b	1.630.616	1.734.042
						278.221.023	293.561.982
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12b	24.097.476	25.497.667
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	21.111	Provisão para contingências trabalhistas	17a	-	10.286.002
Depósitos judiciais	10	13.415.371	11.730.177	Adiantamentos para aumento de capital	19a	260.336.255	349.844.821
Débitos de empregados	7	525.477	1.085.778			284.433.731	385.628.490
Garantias à Juízo	11	15.887.764	10.756.662	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Penhora s/ receita própria	11	877.917	3.675.713	Capital social	18	1.673.424.165	1.454.992.927
		30.707.204	27.269.441	Adiantamentos para aumento de capital	19a	-	-
Investimentos em participações societárias		22.696	23.370	Ajuste avaliação patrimonial	12b	46.777.453	49.495.470
Imobilizado	12	1.551.160.648	1.569.084.704	Prejuízos acumulados		(573.054.146)	(479.483.482)
Intangível	13	6.695.459	1.785.054			1.147.147.472	1.025.004.915
		1.557.878.803	1.570.893.129	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		1.588.586.007	1.598.162.570			1.709.802.226	1.704.195.387
TOTAL DO ATIVO		1.709.802.226	1.704.195.387				

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA	20	92.879.012	91.195.555
Custo dos serviços prestados		(211.960.882)	(175.321.312)
PREJUÍZO BRUTO		(119.081.869)	(84.125.757)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(89.790.890)	(75.938.048)
Outras receitas e despesas		(15.156.963)	17.973.640
Provisão/reversão ações trabalhistas	17a	(23.601.609)	16.234.134
Provisão/reversão ações cíveis	17b	(75.625)	352.895
Reversão (provisão) trabalhistas		7.863.807	1.065.353
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		656.465	321.259
		(104.947.853)	(57.964.407)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(224.029.722)	(142.090.164)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(42.765.254)	(22.729.924)
Receitas financeiras		10.380.378	7.111.191
Despesas financeiras		(53.145.632)	(29.841.115)
SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL	19b	169.106.105	148.256.739
PREJUÍZO OPERACIONAL		(97.688.871)	(16.563.348)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(97.688.871)	(16.563.348)
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(97.688.871)	(16.563.348)
Prejuízo por ação do capital social		-0,014	-0,003

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO AUMENTO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.454.992.927	218.896.631	52.213.487	(467.038.341)	1.259.064.704
Créditos para futuro aumento de capital	19a	-	130.948.190	-	-	130.948.190
Recursos recebidos		-	101.512.656	-	-	101.512.656
Atualização financeira		-	29.435.534	-	-	29.435.534
Reclassificação p/ Passivo Não Circulante	19a	-	(349.844.821)	-	-	(349.844.821)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	-	(2.718.017)	(12.445.142)	(15.163.159)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(16.563.348)	(16.563.348)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(2.718.017)	4.118.208	1.400.190
Constituição de reserva do custo atribuído		-	-	-	-	-
Constituição IRPJ/CSLL diferidos		-	-	-	-	-
Realização da reserva do custo atribuído	12	-	-	(4.118.208)	4.118.208	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12	-	-	1.400.190	-	1.400.190
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.454.992.927	-	49.495.470	(479.483.482)	1.025.004.915
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-	-
Aumento de Capital		218.431.238	-	-	-	218.431.238
Por incorporação de créditos	18	218.431.238	-	-	-	218.431.238
Total do resultado abrangente		-	-	(2,718,017)	(93,570,664)	(96,288,681)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(97,688,871)	(97,688,871)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(2,718,017)	4,118,208	1,400,190
Constituição de reserva do custo atribuído		-	-	-	-	-
Constituição IRPJ/CSLL diferidos		-	-	-	-	-
Realização da reserva do custo atribuído	12	-	-	(4,118,208)	4,118,208	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12	-	-	1,400,190	-	1,400,190
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.673.424.165	-	46.777.453	(573.054.146)	1.147.147.472

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2015	2014
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO AJUSTADO POR:		(97.688.871)	(16.563.348)
Depreciação e Amortização		41.279.965	36.609.149
Baixa de bens do ativo imobilizado		410.158	192.598
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	19a	52.772.572	29.435.534
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	17	15.813.427	(16.587.029)
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional		(169.106.105)	(148.256.739)
		(156.518.854)	(115.169.836)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(460.999)	867.089
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		448.790	1.889.685
Estoques		(4.180.729)	(8.587.536)
Tributos e Contribuições a Recuperar		(1.326.532)	(829.999)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(4.018.500)	(395.371)
Demais contas de Ativo		442.612	597.075
		(9.095.359)	(6.459.058)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(31.233.790)	49.524.597
Impostos e taxas a recolher		88.107	229.376
Contribuições sociais a recolher		767.496	(1.470.160)
Obrigações trabalhistas e provisões para férias		44.201	415.405
Credores por convênios e depósitos		(51.238)	(94.040)
Plano de previdência e pensão a empregados		-	(91.087)
Contingências trabalhistas e cíveis	17	(11.055.164)	(10.143.122)
		(41.440.388)	38.370.970
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(207.054.600)	(83.257.923)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(28.676.472)	(150.904.910)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(28.676.472)	(150.904.910)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	19a	76.150.100	101.512.656
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	19b	169.106.104	148.256.739
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		245.256.204	249.769.395
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	9.525.132	15.606.562
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.163.359	57.556.797
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		82.688.491	73.163.359

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2015	2014
RECEITAS			
Receita de prestação de serviços		89.684.411	88.556.547
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		5.352.571	5.210.637
Receita de Consultoria Atividade Téc. Engenharia		570.926	-
Outras receitas e despesas (líquidas)		656.465	321.259
Reversão provisões trabalhistas e cíveis		(15.813.427)	17.652.382
		80.450.946	111.740.825
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(10.660.930)	(9.927.843)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(93.966.034)	(75.767.957)
		(104.626.964)	(85.695.800)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(24.176.018)	26.045.025
Depreciação e amortização		(41.279.965)	(36.609.149)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(65.455.984)	(10.564.124)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		169.106.105	148.256.739
Receitas financeiras		10.380.378	7.111.191
		179.486.483	155.367.930
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		114.030.499	144.803.807
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		114.030.499	144.803.807
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		116.757.155	92.687.297
Benefícios		18.356.337	16.397.750
FGTS		7.092.719	6.349.065
		142.206.210	115.434.112
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		13.085.707	11.914.295
Estaduais		2.173.081	2.136.819
Municipais		28.546	471.286
		15.287.334	14.522.399
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		373.060	405.581
Aluguéis		1.080.195	1.569.529
		1.453.255	1.975.109
Juros sobre adiantamento de capital		52.772.572	29.435.534
Prejuízo retido		(97.688.871)	(16.563.348)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	2015	2014
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(97.688.871)	(16.563.348)
Depreciação do custo atribuído	4.118.208	4.118.207
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(93.570.664)	(12.445.141)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TRENURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 26/01/2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado são as seguintes:

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela venda quando oriundas de cartão unitário SIM, e pela utilização quando oriundas da bilheteletrônica - Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de

tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliados valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes, foram avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída quando aplicável provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

g) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

h) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta Companhia.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	2015	2014
Caixa	14.050	13.450
Valores em trânsito	1.093.130	379.084
Aplicações de liquidez imediata	81.581.311	72.770.825
	82.688.491	73.163.359

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

A partir da implantação do sistema de bilhetagem eletrônica ocorrida em 2012 houve a redução gradativa da venda de bilhetes impressos em virtude da migração para o sistema de créditos eletrônicos. No exercício de 2014 foi descontinuada a Venda de Bilhetes Impressos.

CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS		
	2015	2014
Venda de Bilhetes	-	24.300
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	853.526	416.573
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	531.610	483.265
	1.385.136	924.138

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E PARCELAMENTO DE DÉBITO DE EMPREGADOS

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.535.815	-	2.463.277	-
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	97.733	-	70.566	-
Parcelamento de débitos de empregados	235.799	525.477	190.773	1.085.778
	2.869.347	525.477	2.724.617	1.085.778

a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Compõe os adiantamentos a empregados valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo; sendo tais valores ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

b) Parcelamento de débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando a relevância dos valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante referente ao Plano de Saúde pós-pago de R\$ 96.917 (R\$ 51.552 em 2014) e não circulante R\$ 525.477 (R\$ 1.085.778 em 2014), já ajustados por provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. Os demais parcelamentos de débito de empregados do ativo circulante totalizam R\$ 138.882 (139.221 em 2014).

8. DIREITOS A RECEBER

	2015	2014
Convênio Pessoal Cedido	199.277	179.778
Depósitos e Cauções	137.023	135.995
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	742	1.112
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	494.966	474.809

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, consideradas de perda remota pela área Jurídica da Companhia.

9. ESTOQUES

O aumento no saldo do estoque deve-se de forma significativa aos sobressalentes dos 15 novos trens adquiridos pela empresa, registrados no grupo de Material de TUES e Veículos.

Para o estoque de bilhetes devido a descontinuidade da operação, que fora substituída pela bilhetagem eletrônica, a companhia realizou a provisão para perda ao valor recuperável do estoque.

Estoques de materiais de consumo e bilhetes		
	2015	2014
Material de TUES e Veículos	17.947.662	13.290.043
Material da Via Permanente	364.297	1.888.062
Sistemas operacionais	3.907.976	2.278.725
Peças e Acessórios de Equipamentos	1.357.427	1.547.526
Materiais de expediente e administrativos	594.938	566.480
Bilhetes	-	420.736
	24.172.301	19.991.572

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2015	2014
Depósitos Judiciais Cíveis	15.728	42.328
Depósitos Judiciais Trabalhistas	13.342.850	11.634.080
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	56.793	53.768
	13.415.371	11.730.177

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUízo

A Penhora S/ Receita Própria de R\$ 877.917 (R\$ 3.675.713 em 2014) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. No exercício de 2015 houve reposição pelo Tesouro Nacional de penhoras da receita própria através de receita de Subvenção de Sentença. Os valores repostos ainda não liberados aos reclamantes foram transferidos para conta Garantias à Juízo.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Taxa Média Anual Depreciação (%)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	
				2015	2014
Terrenos	-	39.431.253	-	39.431.253	39.769.736
Edificações, estações e depósitos	2	235.099.877	(45.160.805)	189.939.072	194.857.112
Passarelas, Viadutos e Pontes	2	162.015.161	(54.498.494)	107.516.667	110.604.102
Via permanente	2	604.237.140	(68.843.961)	535.393.179	547.639.426
Sistemas operacionais	4	216.820.963	(65.249.091)	151.571.873	158.427.622
Veículos ferroviários/aeromóvel	4	352.635.085	(84.711.840)	267.923.246	167.756.734
Veículos rodoviários	20	876.493	(811.705)	64.788	84.224
Equip. Processamento de dados	20	4.701.422	(4.495.657)	205.765	291.157
Equipamentos, máquinas e instrumentos	10	55.800.072	(27.475.250)	28.324.822	31.653.368
Instalações	10	10.983.103	(2.668.339)	8.314.764	9.038.672
Móveis e utensílios	10	7.923.048	(4.208.032)	3.715.017	4.193.798
Beneficiárias em bens de terceiros	10	14.091.449	(8.047.558)	6.043.890	6.608.854
Imobilizado em curso	-	209.159.962	-	209.159.962	294.898.704
Almoxxarifado de bens imobilizados	-	3.556.352	-	3.556.352	3.565.899
		1.917.331.379	(366.170.731)	1.551.160.648	1.569.084.704

Movimentação do ano

Saldo inicial	1.569.084.704
Adições	23.628.519
Baixas e Transferências	(410.158)
Depreciação	(41.142.416)
Saldo final	1.551.160.648

b) A companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o "custo atribuído", a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando neste ano o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2015 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 4.118.208 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.400.190 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 46.777.453 (R\$ 49.495.470 em 2014) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 24.097.476 (R\$ 25.497.667 em 2014).

c) A Administração da Companhia juntamente com a área técnica, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment") considerando que não houve fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas ou ainda alterações na forma de utilização dos bens que tenham afetado a vida útil e/ou o valor econômico dos bens.

d) No ano de 2015 a empresa realizou o registro de entrada do último trem da nova frota, sendo este o acréscimo mais relevante ao ativo imobilizado.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 252.911.312 em 2015 (R\$ 236.934.275 em 2014).

f) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval e roubo, além de danos materiais e corporais a terceiros. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 13.447.622 (R\$ 10.136.620 em 2014).

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) No intangível em curso estão registrados os valores oriundos da aquisição de um ERP (. Enterprise resource planning), que está em fase de implementação, com previsão de conclusão em 2016.

Contas	Taxa Média Anual Amortização (%)	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	
				2015	2014
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.042)	829	1.297
Softwares	20	2.500.142	(2.145.836)	354.306	407.315
Outras despesas de informática	10	26.000	(26.000)	0	642
Intangível em curso	0	4.964.523	-	4.964.523	-
		8.871.338	(2.175.879)	6.695.459	1.785.054

Movimentação do ano

Saldo inicial	1.785.054
Adições	5.047.953
Baixas e Transferências	-
Amortização	(137.549)
Saldo final	6.695.459

14. FORNECEDORES

A variação na conta de fornecedores deve-se ao pagamento em 2015, do faturamento de R\$ 56.029.630 realizado em 2014, do contrato nº 08.170.064/2012 que tem como objeto a aquisição de 15 trens unidade elétricos – TUE.

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2015	2014
Credores p/ Venda Créditos	312.309	372.069
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	833.773	912.603
Adiantamento Clientes Comerciais	20.201	8.968
	1.166.283	1.293.640

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

16. CREDORES POR CONVÊNIO

	2015	2014
Convênios SESI/SENAI	165.656	167.834
Assistência Saúde	321.036	297.684
Credores Diversos	59.054	64.005
Total	545.746	529.523

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis em curto prazo, compõe-se de R\$ 227.370.222,95 (R\$ 212.134.263 em 2014), para ações de empregados e de R\$ 1.485.557,32 (R\$ 1.573.827 em 2014), para ações de empregados de empresas terceirizadas, cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável. Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada possível compõe-se de R\$ 99.122.552 (R\$ 97.084.467 ações de empregados e R\$ 2.038.084,66 ações de empregados de empresas terceirizadas).

A movimentação das provisões trabalhistas em 2015 e 2014 está composta como segue:

	2015	2014
Circulante	Circulante	Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	213.708.090	220.515.918
(+) Provisões	23.601.609	3.009.022
(-) Pagamentos	8.453.919	9.816.850
Saldo em 31 de dezembro	228.855.780	213.708.090
Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	10.286.002	29.607.300
(-) Pagamentos	2.422.195	78.142
(-) Reversões	7.863.807	19.243.156
Saldo em 31 de dezembro	0	10.286.002
Total Provisionado	228.855.780	223.994.092

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2015 e 2014 está composta como segue:

	2015	2014
Circulante	Circulante	Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	1.734.042	2.335.067
(+) Provisões	75.624	116.774
(-) Pagamentos	179.050	248.129
(-) Reversões	-	469.669
Saldo em 31 de dezembro	1.630.616	1.734.042

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada possível é de R\$ 2.840.654.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 1.673.424.165 está representado por 7.118.868.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em	2015		2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	7.110.409.591	99,8812	5.857.046.685	99,8558
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0919	6.543.949	0,1116
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0269	1.915.337	0,0326
Total	7.118.868.877	100,0000	5.865.505.971	100,0000

19. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta de despesas financeiras no montante de R\$ 52.772.572 em 2015 (R\$ 29.435.534 em 2014). Face às deliberações da Assembleia Geral Ordinária de 24/04/15, que ratifica a recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional em alinhamento ao que preconiza o pronunciamento nº 39 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata dos investimentos desta natureza como instrumento de dívida, enquanto não capitalizado, passamos a partir deste exercício a registrá-lo no Passivo Não Circulante, reclassificando o exercício de 2014, para fins de comparabilidade no Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Informamos abaixo a composição dos grupos antes da reclassificação.

GRUPOS	2014
Passivo Não Circulante	35.783.669
Patrimônio Líquido	1.374.849.736

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2015 foi de R\$ 169.106.105 (R\$ 148.256.739 em 2014) composto a seguir:

Subvenção	2015	2014
Pessoal	122.710.339	105.476.151
Sentença	28.896.590	23.817.792
Custeio	17.499.175	18.962.796
Total	169.106.105	148.256.739

20. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSSL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	2015	2014
PASEP/COFINS	-	664
IRPJ	3.716.485	2.503.636
CSSL	1.573	1.810
ICMS	147.240	35.485
IRRF no exercício	2.828	-
Total	3.868.126	2.541.595

Embora existam prejuízos fiscais operacionais de R\$ 457.224.083 (R\$ R\$ 357.183.082 em 2014) e bases negativas de CSSL de R\$ 472.222.643 (R\$ 372.181.642 em 2014). Durante o exercício de 2015, os saldos das contas de IRPJ e CSSL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Pasep e Cofins.

21. RECEITA LÍQUIDA

RECEITA BRUTA	2015	2014
Serviço de transporte metroviário	90.185.653	88.556.547
Aluguéis, arrendamentos e concessões	5.352.571	5.210.637
Consultoria atividade técnica engenharia	570.926	-
	96.109.150	93.767.184
Tributos sobre a receita bruta	(3.230.138)	(2.571.629)
RECEITA LÍQUIDA	92.879.012	91.195.555

22. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte. Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício. Na fase ativa o plano pode ocorrer desequilíbrio nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, caso o custeio atuarial ou premissas atuariais não aderentes ao plano. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano também apresenta risco, pois há a opção de concessão de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

PREMISSAS ATUARIAIS	
Taxa de Juros Atuarial	5% a.a.
Taxa de crescimento Salarial	zero
Taxa de Rotatividade	1,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2015	2014
Benefício Definido	22.682.177,60	17.201.611,82
Contribuição Definida	17.882.827,18	19.531.947,90
Fundo Previdencial	507.097,45	632.019,91
	41.072.102,23	37.365.579,63
Patrimônio de Cobertura (Provisões Matemáticas)	40.565.004,78	36.733.559,72
Passivos Atuariais (Valor Presente)		
Benefícios Concedidos	29.056.356,69	22.071.776,69
Benefícios a Conceder	18.536.432,65	20.167.269,02
	47.592.789,34	42.239.045,71
Custo do Serviço Passado	-	-
(-) Déficit Equacionado	- 5.859.306,61	-
Superávit/Déficit Atuarial	- 1.168.477,95	- 5.505.485,99

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual 2015 do plano TRENSURB PREV, o plano apresentou déficit técnico no encerramento do exercício de 2015, que correspondeu a 4,9% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido. Em atendimento às disposições da Resolução MPS/ CGPC Nº 26, de 29 de Setembro de 2008, alterada pela Resolução MTPS/CNCP Nº 212, de 25 de Novembro de 2015, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática, o plano de benefícios deve ser objeto de Plano de Equacionamento até o final do exercício subsequente ao da apuração do resultado deficitário. No caso do plano TRENSURB, o Limite de Déficit Técnico Acumulado correspondeu a 5,26% da Provisão matemática não sendo necessário realizar o equacionamento.

Houve 2 premissas que impactaram o resultado deficitário do plano ao longo de 2015, a primeira delas foi o cenário de inflação, no caso da plano da TRENSURB o índice do plano é o INPC/IBGE que fechou em dezembro/2015 o valor de 11,28%, um valor que é 81% superior ao valor da inflação de dezembro/2014 que ficou em 6,23%. Outro fator foi a rentabilidade dos investimentos, a meta atuarial do plano para 2015 foi de 16,84% (INPC 2015 + 5,00%aa), no entanto o resultado foi 9,51%, ou seja foi atingido somente 56% da meta.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008.

23. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 - SIAFI

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e com as mudanças impostas pela Lei 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Ministério das Cidades, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar referente orçamento do exercício findo. No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2015 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores referem-se a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

ATIVO	Nota	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
Circulante	a	156.225.746	121.216.219	35.009.527
Não Circulante		1.612.411.319	1.588.586.006	23.825.313
Realizável a Longo Prazo	b	30.552.337	30.707.204	-154.867
Investimento		22.696	22.696	0
Imobilizado	c	1.575.140.828	1.551.160.648	23.980.179
Intangível		6.695.459	6.695.459	0
Total do Ativo		1.768.637.065	1.709.802.226	58.834.839
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
Circulante	d	302.400.055	278.221.023	24.179.033
Não Circulante	e	285.833.921	284.433.731	1.400.190
Patrimônio Líquido	f	1.180.403.088	1.147.147.472	33.255.616
Capital		1.673.424.166	1.673.424.166	0
Reserva de Capital		0	0	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial		46.777.453	46.777.453	0
Lucros e Prejuízos Acumulados		-503.259.290	-475.365.274	-27.893.916
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		-36.539.240	-97.688.871	-61.149.631
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.768.637.065	1.709.802.226	58.834.839

a) A diferença no Ativo Circulante de R\$ 35.009.527 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
154.867	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
34.857.488	Valor referente a registro de Adiantamento referente a transferências voluntárias por conta do termo de compromisso número 654925 com o Município de São Leopoldo, não sendo possível ser regularizado através das orientações contidas no Comunicado SIAFI nº 2015/1937369.
(2.828)	Valor referente a Imposto de Renda na Fonte recolhido a maior na folha de pagamento de Dez/2015 que será compensado no recolhimento da guia de competência de Janeiro/2016.

b) A diferença no Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo de R\$ 154.867 a menor na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
(154.867)	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.

c) A diferença no Ativo não Circulante – Imobilizado no valor de R\$ 23.980.179 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorreu devido fatores e orientação da CCONT/STN quanto ao registro de Restos a Pagar no SIAFI referente a valores de imobilizado, conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
23.968.039	Valor referente a registros no Imobilizado referente ao saldo de Restos a pagar, conforme orientação através do Comunicado SIAFI nº 2015/0809144 de 18/05/2015.
170.313	Baixa de bens por Doação para a Prefeitura de Canoas sem situação que permitisse o registro correto no SIAFI.
171.118	Baixa de bens por Doação para a Prefeitura de Canoas sem situação que permitisse o registro correto referente a conta de correção complementar conforme decreto 332/91.
(329.291)	Baixa de depreciação de bens móveis, sem evento e situação que registrasse corretamente o fato ocorrido no SIAFI.

d) A diferença no Passivo Circulante de R\$ 24.179.033, a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
23.970.887	Valor referente a registros no SIAFI de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar conforme orientação através do Comunicado SIAFI nº 2015/0810008 de 18/05/2015.
208.146	Valor registrado no SIAFI referente a valores recebidos em fonte do Tesouro (0188) a maior que do que estava empenhado e que será considerado como antecipação de receita no orçamento de 2016.

e) A diferença no Passivo Não Circulante de R\$ 1.400.190, a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
1.400.190	Valor referente registro de IR e CS s/ realização Mais Valia, não registrada no SIAFI, devido à falta de evento/situação que permita a correta contabilização.

f) A diferença no Patrimônio Líquido de R\$ 33.255.616 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 está melhor descrita conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
34.857.489	Valor referente a registro de Adiantamento referente a transferências voluntárias por conta do termo de compromisso número 654925 com o Município de São Leopoldo, não sendo possível ser regularizado através das orientações contidas no comunicado SIAFI nº 2015/1937369.
(1.400.190)	Valor referente registro de IR e CS s/ realização Mais Valia, não registrada no SIAFI, devido à falta de evento/situação que permita a correta contabilização.
(208.146)	Valor registrado no SIAFI referente a valores recebidos em fonte do Tesouro (0188) a maior que do que estava empenhado e que será considerado como antecipação de receita no orçamento de 2016.
6.463	Valor referente a composição de registros contábeis de Baixa, Depreciação e Outros fatos contábeis, não contabilizados no SIAFI por falta de eventos adequados que possibilitassem os registros conforme disposições da Lei nº 6.404/76.

24. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	28.396	21.400	23.593
Empregados	23.632	1.706	5.571

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015

HUMBERTO KASPER
Diretor Presidente
CPF 334.129.440-68

ADÃO SILMAR DE FRAGA FEIJÓ
Diretor de Administração e Finanças
CPF 445.013.820-15

ROBERTO DAMIANI MONDADORI
Diretor de Operações
CPF 339.816.980-53

SONIA MARIA DE MOURA
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 75.055
CPF 961.086.060-53

MARIA CECILIA DA SILVA BRUM
Gerência de Orçamento e Finanças
Contadora CRC/RS 77.983
CPF 983.515.910-68

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2016

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, assim como as Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, tendo como referência o Relatório da MACIEL AUDITORES S/S, Auditores Independentes, emitido em 29 de janeiro 2016, e o Relatório da Auditoria Interna nº 370/2016, relativo a atividade 02 – Balanço de 31/12/2015, e o Relatório de Atividades do Conselho Fiscal Exercício 2015, os quais adota na sua íntegra, é de Parecer que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2016.

Joaquim Alfredo da Cruz Filho
Presidente do Conselho Fiscal
CPF: 601.857.404-72

Fabiola Fiche Seabra K. Do Nascimento
Conselheira
CPF: 240.038.831-87

Mônica de Oliveira Casartelli
Conselheira
CPF: 943.277.000-10

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2014 foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 19 de fevereiro de 2015, foi emitido sem modificação na opinião.

Porto Alegre, RS, 29 de janeiro de 2016.

MACIEL AUDITORES S/S
CRC 005460/O-0

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS 71.505/O-3
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS 65.932/O-7
Responsável Técnica

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REC-0001/2016 – 22/02/2016

APROVA RELATÓRIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do inciso V, Cláusula 25, do Estatuto Social,

RESOLVE:

1 - Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para o fim do inciso I, do Art. 132, da Lei 6.404/76.

Dario Rais Lopes
Presidente do Conselho de Administração